

2629

**DEMOCRACIA DIGITAL E PESQUISA
EMPÍRICA NO BRASIL: METODOLOGIAS,
INSTRUMENTOS E ABORDAGENS
DO CAMPO**

Sivaldo Pereira da Silva

TEXTO PARA DISCUSSÃO



DEMOCRACIA DIGITAL E PESQUISA EMPÍRICA NO BRASIL: METODOLOGIAS, INSTRUMENTOS E ABORDAGENS DO CAMPO

Sivaldo Pereira da Silva¹

1. Professor da Faculdade de Comunicação (FAC) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPG-FAC) da Universidade de Brasília (UnB); coordenador do Centro de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Política (CTPol-UnB); pesquisador visitante no Ipea; e colaborador do projeto Democracia digital: mapeando o debate e articulando experiências nacionais e internacionais.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauhen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

**Assessor-chefe de Imprensa
e Comunicação (substituto)**

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2021

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: F55, H11, H40, H77, M38.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2629>

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO7

2 DEMOCRACIA DIGITAL, O DESENVOLVIMENTO DE UM CAMPO
E PRECEDENTES BIBLIOMÉTRICOS8

3 MAPEAMENTO DA PESQUISA EMPÍRICA NO BRASIL12

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....29

REFERÊNCIAS30

APÊNDICE A32

APÊNDICE B34

SINOPSE

Nos últimos anos, as análises sobre a ideia de democracia digital vêm crescendo expressivamente, e atualmente esta área já constitui um campo com diversos estudos publicados. O objetivo deste texto é produzir um levantamento do atual estágio e das características da pesquisa empírica sobre democracia digital no Brasil, na forma de um estudo bibliométrico exploratório. Para isso, é traçado um quadro conceitual basilar sobre este conceito e, em seguida, é feito um mapeamento dos principais indicadores deste campo, baseado em amostra representativa de estudos empírico-metodológicos publicados em periódicos brasileiros indexados. A partir do recorte proposto, foi analisado um *corpus* de 73 artigos, publicados em 28 revistas científicas brasileiras, sendo aplicada, nesta amostragem, uma planilha composta por 22 variáveis que condensam os principais indicadores sobre os artigos. Os resultados reforçam a tendência à multidisciplinaridade deste campo, porém com protagonismo de áreas como comunicação, ciência política e administração. Também demonstraram que o volume de publicações está em linha ascendente, sendo marcado por estudos exploratórios ou descritivos. Plataformas ou *sites* governamentais e mídias sociais foram os objetos de análise mais frequentes. Apesar do caráter digital do fenômeno estudado neste campo, a coleta de dados ainda faz um uso incipiente de *softwares* ou *scripts*.

Palavras-chave: democracia digital; internet e política; estudos bibliométricos; comunicação digital.

ABSTRACT

In recent years, analyzes about Digital Democracy have grown significantly and today it is already a field with several published studies. The objective of this work is to produce an exploratory bibliometric study with an overview of the current stage and characteristics of the empirical research on Digital Democracy. For this, it sets a basic conceptual framework on this concept and then it produces a mapping of the main indicators of this field, based on a representative sample of empirical-methodological studies published in indexed Brazilian journals. The sample consists of 73 articles published in 28 Brazilian scientific journals. This corpus was analyzed by a set of 22 variables that characterized the main indicators on the articles. The results reinforce the tendency towards multidisciplinary in this field, but with a leading role in areas such as Communication, Political Science and Administration. It also demonstrated that the volume of publication is increasing, being characterized by exploratory or descriptive studies.

Government platforms or websites and social media were the most frequent object of analysis. Despite the digital character of the phenomenon studied, data collection still makes an incipient use of software or scripts.

Keywords: digital democracy; internet and politics; bibliometric studies; digital communication.

1 INTRODUÇÃO

Desde o final do século XX, com a crescente importância do ambiente digital (principalmente a internet) na vida cotidiana do cidadão e o consequente uso dessas ferramentas para mediar processos e práticas políticas, a pesquisa sobre democracia digital vem se consolidando em todo o mundo. No Brasil, essa área tem se tornado cada vez mais significativa, e, atualmente, já não se pode mais pensar em práticas e instituições democráticas sem levar em conta os artefatos, os atores e os processos digitais.

Essa é uma área que hoje se encontra em franca expansão, que foi marcada por um tom fortemente ensaístico em sua fase primordial (entre 1980 e 2000), cuja ênfase se concentrava nas potencialidades da internet, com rara abordagem empírica. Diante do surgimento de iniciativas concretas (governamentais e não governamentais) de democracia digital e com a popularização do uso da internet, este cenário mudou, e os estudos empíricos ganharam em volume. Reflexo da relevância que as análises sobre democracia digital têm angariado, se configurando como um campo fundamental para o próprio desenvolvimento da teoria política e das teorias da democracia contemporâneas, uma vez que toda prática democrática tende a ter alguma interface com o digital, em menor ou maior grau.

Por tratar de enfoques, temas e fenômenos tão complexos quanto o próprio fenômeno democrático, a democracia digital é um campo nitidamente marcado por uma multiplicidade de *expertises*, uma vez que envolve diferentes abordagens, tendendo a ser observada a partir de diferentes olhares para apreender devidamente seus objetos. Hoje já existem institutos, centros de pesquisa, documentos de políticas públicas ou multilaterais e iniciativas civis e governamentais que adotam e trabalham com essa concepção, mas, embora a pesquisa empírica esteja crescendo, ainda são incipientes estudos bibliométricos que apontem suas características e tendências.

Perante esse cenário, o objetivo deste estudo é produzir um levantamento do atual estágio de desenvolvimento da pesquisa sobre democracia digital com foco nos estudos de caráter prático e empírico. O intuito é trazer um panorama, por meio de estudo bibliométrico exploratório capaz de identificar quais temas, metodologias, instrumentos de coleta e análise de dados vêm sendo utilizados, buscando-se, assim, contribuir para uma melhor compreensão dessa área. Embora haja alguns estudos de caráter bibliométrico publicados recentemente sobre o tema, não há levantamentos que tratem especificamente de uma abordagem empírico-metodológica de periódicos científicos no Brasil.

Para abordar essas questões, este trabalho está organizado em três seções, além desta introdução. Na seção 2, será realizada uma caracterização conceitual do que devemos compreender por democracia digital e também uma síntese de estudos bibliométricos que buscam compreender esse campo em expansão. Na seção 3, serão expostos os resultados da pesquisa, que traz um mapeamento dos principais indicadores nesse campo, com foco nos estudos empírico-metodológicos em periódicos brasileiros indexados. Por fim, na seção 4, tecem-se as considerações finais.

2 DEMOCRACIA DIGITAL, O DESENVOLVIMENTO DE UM CAMPO E PRECEDENTES BIBLIOMÉTRICOS

A expressão “democracia digital” (*digital democracy*) emerge na esteira das inovações tecnológicas e políticas do final do século XX, e evoca duas faces simultâneas: i) trata-se de um campo de estudo que vem se consolidando como uma área multidisciplinar; e ii) também se refere a um campo prático que vem se firmando na forma de política pública, *design* institucional e também em experimentos civis. Não se trata necessariamente de outra democracia, mas, sim, da democracia que conhecemos sendo permeada por tecnologias e novas práticas. Como sintetiza Gomes (2011), democracia digital envolve

qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, smart phones, palmtops, ipads...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, *sites*, redes sociais, mídias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos em benefício do teor democrático da comunidade política (Gomes, 2011, p. 27-28).

Naturalmente, embora o foco de estudos democráticos tenha um pano de fundo normativo que a própria ideia de democracia pressupõe, isso também incorpora os estudos sobre os problemas, os riscos, os empecilhos e os desafios que a prática, o sistema e os regimes democráticos enfrentam diante das inovações tecnológicas do ambiente digital.

Importante também frisar que não se trata de um campo rígido ou estático, mas aberto e dinâmico, bastante sensível às inovações e transformações técnicas e políticas. A própria expressão “democracia digital” não é uníssona. Deve ser vista como uma espécie de guarda-chuva, que congrega diversas abordagens que emergem como subcampos, tal como a democracia em si, que também abarca diferentes subtemas, ênfases, práticas e dimensões analíticas.

Como ilustram Silva, Sampaio e Bragatto (2016), a melhor metáfora para se compreender a concepção de democracia digital é observar que se trata de uma expressão ao redor da qual “orbitam” subtemas correlatos, tal como um sistema composto por um núcleo e seus satélites temáticos. Isso implica dizer que

Pensar em democracia digital requer configurar este núcleo conceitual ao redor do qual outros temas e outras ênfases circulam, com suas forças e influências. Para identificar este centro conceitual, é preciso lembrar que estamos falando sobre duas dimensões paralelas que se acoplaram: (a) a tradição da concepção de democracia e todo o seu debate histórico, normativo e prático enquanto sistema político; (b) as inovações interativas das tecnologias digitais e toda sua expansão para a vida cotidiana, aplicada para solucionar problemas comunicativos e informativos modernos (Silva, Sampaio e Bragatto, 2016, p. 17).

Participação política *on-line*, deliberação pública, transparência, dados abertos, ativismo *on-line*, campanhas eleitorais via internet, parlamento digital etc. Esses são alguns dos subtemas mais proeminentes que orbitam a ideia de democracia digital.

Além da expressão “democracia digital”, outras terminologias, como “*e-democracia*”, “democracia *on-line*” ou ainda “democracia eletrônica”,¹ também podem ser consideradas, até certo ponto, sinônimos, pois servem para nomear geralmente um mesmo fenômeno.

Por se tratar de um campo relativamente novo, algumas pesquisas bibliométricas começaram a surgir recentemente no Brasil. Curtinovi e Parmeggiani (2015) produziram um dos primeiros levantamentos sobre pesquisa em democracia digital, especificamente com foco na produção acadêmica de dissertações e teses defendidas entre 1990 e 2013. O estudo mapeou 38 trabalhos neste período, oriundos de dezessete universidades. Embora o estudo tenha olhado também para a década de 1990, não foram identificados trabalhos deste período. Os primeiros surgem em 2002, e o pico de defesas de teses e dissertações ocorre em 2011 e 2012: dois anos que, somados, representassem 37% do total da amostra. Em relação à área de conhecimento, a pesquisa apontou que 47% dos trabalhos eram provenientes de programas de pós-graduação em comunicação; 18%, de administração; 18%, de ciência política (outras áreas, como ciências sociais,

1. No caso específico de “democracia eletrônica”, pode ter o mesmo significado que “democracia digital”, como também pode se referir a algo mais amplo. Trata-se de uma terminologia mais antiga, que foi inicialmente utilizada ainda em relação às práticas democráticas que utilizavam meios eletrônicos (pré-digitais), como TV e rádio. Como os meios digitais também são eletrônicos, é possível encontrar o uso de “democracia eletrônica” como sinônimo de “democracia digital”, embora esta última expressão seja bem mais comum atualmente, devido à ênfase no aspecto digital.

ciência da informação e políticas públicas aparecem com percentuais de 5% ou menos). O estudo também identificou três universidades – Universidade Federal da Bahia (UFBA), UnB e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) –, que, somadas, foram responsáveis pela metade dos trabalhos acadêmicos defendidos. Em relação aos objetos de pesquisa, os autores detectaram que estudos com foco na avaliação de iniciativas do Poder Executivo somaram 68% dos trabalhos; seguido do Poder Legislativo, que somou 13% do *corpus*.

Em 2015, um estudo de Przeybilovicz *et al.* (2015) buscou mapear as publicações, porém com foco na concepção de “governo eletrônico”, que tange democracia digital, com recorte específico em pesquisas vinculadas à área de administração. Embora restrito a uma disciplina (administração), o referido estudo pode ser considerado um mapeamento parcial sobre democracia digital, por utilizar como palavras-chave (entre outras) no processo de coleta de dados expressões correlatas como “democracia eletrônica” e “*e*-democracia”, entre outros termos, incluindo “governo eletrônico” – termo mais comum na administração. A pesquisa realizou buscas nos anais dos principais congressos em administração e nos periódicos da área classificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com conceito igual ou acima de B2 (com adicional de uma revista B3, que teve um dossiê especial sobre o tema). O *corpus* somou, assim, 124 artigos de congresso e revistas científicas publicados entre 2007 e 2012. Apesar de tal estudo não ter foco em metodologia, este foi um dos itens analisados, ainda que brevemente, chegando à seguinte síntese de resultado:

Com relação às abordagens metodológicas utilizadas, há preferência pela abordagem qualitativa, presente em 94 artigos, em que predomina o estudo de caso (45). Na abordagem quantitativa, 24 trabalhos, o destaque é para o método survey com 13 publicações. Em três artigos não se identificou a abordagem metodológica empregada e em outros três foi utilizada uma abordagem mista (Przeybilovicz *et al.*, 2015, p. 14).

Mais recentemente, outros estudos bibliométricos sobre democracia digital também têm surgido. Também com foco na administração, tal como a pesquisa de Przeybilovicz *et al.* (2015), Pinho *et al.* (2019) publicaram uma análise dos artigos sobre democracia digital como termo-base (ou seja, indo além da ênfase em governo eletrônico), trabalhando com um *corpus* de 49 artigos, coletados de periódicos classificados como A1, A2 ou B1 (Qualis de 2013-2016), por meio do indexador Biblioteca Eletrônica Científica

On-line (em inglês, Scientific Electronic Library On-line – SciELO), na área “administração, ciências contábeis e turismo”, da Capes. O estudo identificou que o volume de publicações cresceu principalmente a partir de 2011, tendo um aumento significativo em 2016 (apesar de uma queda em 2014, que quebrou a trajetória crescente). Este conjunto de trabalhos estavam concentrados principalmente nos sete periódicos da área, com autores principalmente de seis instituições (Fundação Getúlio Vargas – FGV; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; UFBA; UnB; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR; e Universidade de São Paulo – USP). Um dado interessante da pesquisa é que o termo “democracia digital” era praticamente inexistente, até 2011, nas revistas de administração, conforme destacam os autores. Isso demonstra como a noção sobre esse tema também foi ganhando espaço em diversas áreas a partir da segunda década deste século.

Com escopo mais amplo (não restrito a uma área específica), Freitas *et al.* (2018) apresentaram no Congresso do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD), em 2018, a título de dados preliminares, uma pesquisa com um *corpus* de 311 artigos de revistas científicas brasileiras indexadas pelo Google Scholar (teóricos e empíricos somados). Os autores demonstram que as publicações sobre democracia digital tiveram maior volume entre 2009 e 2012. Instituições como UFBA; Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); USP; UnB; Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Estadual Paulista (Unesp); e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – nesta ordem, em termos de volume – são aquelas com maior frequência de primeiros autores que assinam as pesquisas. Quanto às áreas de conhecimento, a comunicação aparece como a área mais frequente (presente em 44,4% dos artigos) na qual os autores dos artigos estudados estão vinculados. Ciência política vem em segundo lugar, com 14,1%; direito, com 10,9%; sociologia, com 6,4%; ciências sociais, com 5,1%; e administração, com 4,2% – outras áreas, como políticas públicas, ciência da computação e ciência da informação, ficam com percentuais abaixo de 3%. As três temáticas mais recorrentes no estudo foram: i) participação, com 29,3%; ii) deliberação/conversação política, com 16,1%; e iii) transparência e informação, com 12,2%. Quanto ao uso de métodos mais quantitativos, os autores também identificaram que cerca de 36% dos artigos fizeram algum tipo de abordagem estatística. Lembrando que, em toda essa pesquisa, os dados referem-se a trabalhos que incluem tanto artigos teóricos quanto empíricos.

Outros estudos também buscaram mapear as pesquisas correlatas, embora com escopo mais amplo, abarcando, por exemplo, internet e política (Sampaio, Bragatto e Nicolás, 2016; Santos, Aldé e Schwambach, 2016), contemplando, assim, outras abordagens políticas que não tratavam necessariamente de democracia. Temos ainda estudos mais restritos, com ênfase em participação e internet, situados no interior de práticas democráticas (Vianna Junior *et al.*, 2018).

Como podemos observar, a análise de trabalhos empíricos publicados em periódicos científicos não foi o foco dos recortes dessas pesquisas, que geralmente trataram esta dimensão como um item com dados mais genéricos, sem maiores aprofundamentos.² Tendo em vista que na última década o volume de iniciativas e experimentos de democracia digital aumentou significativamente, um diagnóstico mais preciso das características das pesquisas que tratam de objetos concretos se torna importante, uma vez que pode sustentar eventuais diferenças quando observamos sem fazer distinção de estudos concentradamente teóricos. Assim, a proposta deste trabalho é olhar com mais afinco para instrumentos e métodos de pesquisa, além de indicadores mais gerais que nos possibilitem ter um panorama sobre a pesquisa empírica em democracia digital. Na seção 3, traremos o resultado com esta ênfase.

3 MAPEAMENTO DA PESQUISA EMPÍRICA NO BRASIL

O estudo proposto tem como foco a caracterização da produção científica sobre democracia digital publicada no Brasil em periódicos qualificados e indexados, especificamente com ênfase empírica. Consideraram-se estudo empírico os artigos que foram além de uma análise teórica ou conceitual e que se debruçaram na análise de algum objeto concreto, como iniciativas de democracia digital, experimentos ou até mesmo a própria produção bibliográfica da área (levando em conta que os estudos bibliométricos também tratam de um objeto concreto).

2. A pesquisa de Curtinovi e Parmeggiani (2015) teve como recorte apenas trabalhos empíricos, porém não tratou de periódicos, e sim de teses e dissertações, cujo recorte para no ano de 2013.

O procedimento metodológico e o recorte foram baseados na utilização de três indexadores acadêmicos: SciELO; Directory of Open Access Journals (DOAJ); e Scientific Periodicals Eletronic Library (SPELL). Estas três plataformas foram escolhidas por serem as mais recorrentes nos periódicos brasileiros, possibilitando, assim, uma coleta de dados que significasse uma amostra representativa da produção publicada em periódicos qualificados e indexados. Para acessar os artigos, foram realizadas buscas utilizando duas palavras-chave consideradas mais relevantes e comumente mencionadas por pesquisadores para definir este campo: “democracia digital” e “democracia *online*” (incluindo a variação “democracia *on-line*”). Evitou-se utilizar palavras que determinam subtemas (como participação *on-line*, deliberação, campanhas eleitorais etc.) para não enviesar a amostra, optando-se, assim, pela terminologia mais geral à qual estes subtemas estão vinculados. O recorte temporal abarcou todas as publicações das revistas até dezembro de 2019 (ou seja, como o tema é relativamente novo, optou-se por não impor uma limitação de data inicial). A busca foi refinada excluindo-se todos os resultados falsos-positivos, os artigos de cunho especificamente teórico e também as publicações em revistas estrangeiras. Em seguida, foi realizada uma análise quanti-qualitativa de cada artigo, buscando o preenchimento de planilha de coleta de dados com os indicadores que serão expostos a seguir. Após esse processo de filtro, o *corpus* final foi composto por 73 artigos, publicados em 28 revistas científicas.

Se observarmos o *corpus* dos trabalhos bibliométricos sobre democracia digital (ou estudos tangenciais, conforme discutido na primeira parte deste trabalho), podemos afirmar que temos uma amostra representativa compatível com os volumes analisados em outras pesquisas pregressas. Importante lembrar que a maioria das pesquisas elencadas somaram estudos teóricos-conceituais juntamente com pesquisas empíricas.

Na distribuição dos artigos por periódicos (tabela 1), observa-se que oito revistas são responsáveis por mais da metade (64%) das publicações na amostra analisada: *Revista de sociologia e política*; *Opinião pública*; *Revista de administração pública*; *Revista compo-lítica*; *Contemporânea* (UFBA); *Intercom*; *Liinc em revista*; e *Organizações & sociedade*.

TABELA 1
Distribuição dos artigos coletados por periódico

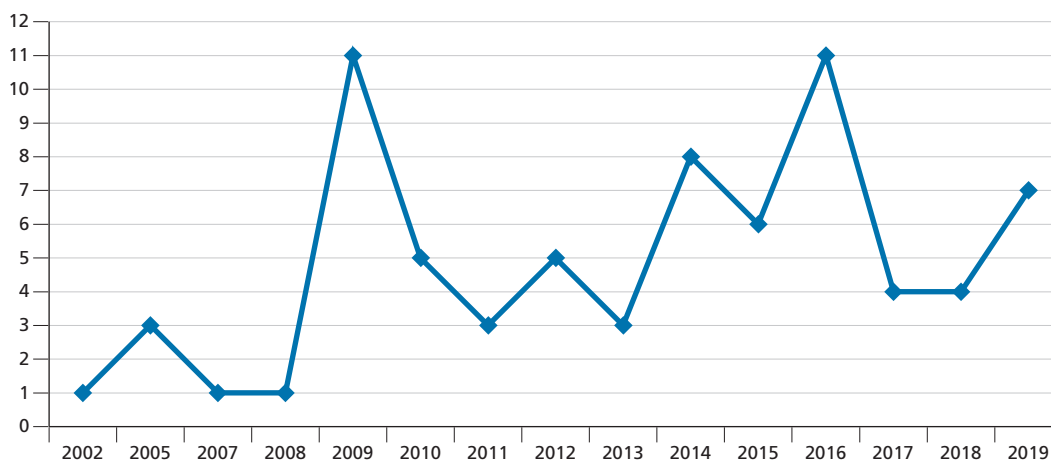
Periódicos	Publicações
Revista de sociologia e política	11
Opinião pública	8
Revista de administração pública	6
Revista compolítica	6
Contemporânea	4
Intercom	4
Liinc em revista	4
Organizações & sociedade	4
Esferas	3
História, ciências, saúde-manguinhos	2
InTexto	2
Revista debates	2
E-Legis	2
Ciência da informação em revista	1
<i>Design</i> e tecnologia	1
Discursos fotográficos	1
Em questão	1
Galáxia	1
RECIIS	1
Revista brasileira de ciência política	1
Revista mídia e cotidiano	1
Rizoma	1
Sociologias	1
E-Compós	1
Cadernos de gestão pública	1
Administração pública e gestão social	1
Desenvolvimento em questão	1
Revista do serviço público	1

Elaboração do autor.

Obs.: O *corpus* final foi composto por 73 artigos.

Ao colocarmos todos os artigos em linha cronológica, tomando como base o ano de publicação informado em seus metadados, foi possível trazer um panorama desta evolução (gráfico 1).

GRÁFICO 1
Volume de publicação de artigos por ano



Elaboração do autor.
Obs.: O corpus final foi composto por 73 artigos.

Observa-se que, embora não tão regular (marcado por picos e depressões), o gráfico tem trajetória que demonstra uma tendência ascendente. Em especial nos anos de 2009 e 2016, que demonstraram maior volume de publicação de trabalhos empíricos na amostra analisada (dado que também se alinha aos outros estudos bibliométricos citados). Em 2009, esse aumento de volume pode ser explicado em parte pela publicação de trabalhos sobre eleições (especialmente referentes às eleições de 2006 e 2008), que representaram 40% dos artigos deste ano, mas também coincide com um aumento de pesquisas sobre democracia digital no mundo, conforme demonstram estudos internacionais (Gomes, 2016).³ Em 2016, o efeito “eleição” não é relevante, mas há um *boom* de trabalhos analisando a participação em iniciativas ou experimentos que corresponde a 60% das publicações do ano citado.

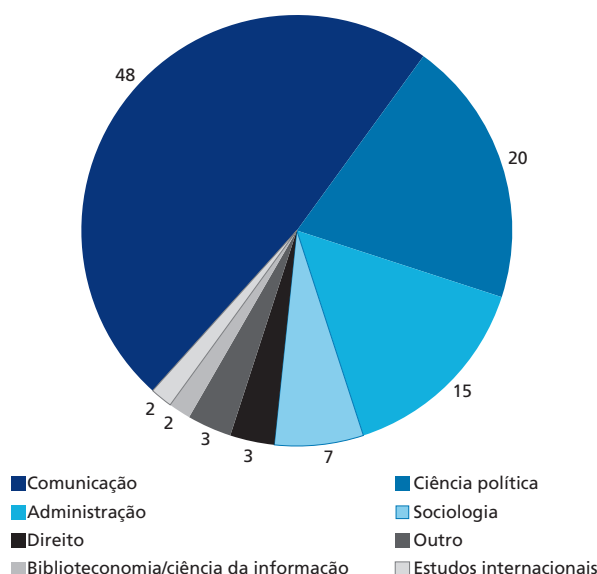
No que se refere às características editoriais, cerca de 70% dos artigos são publicações em edições gerais dos periódicos, enquanto os outros 30% foram publicados em dossiês ou edições temáticas. Nota-se que os dossiês sobre o campo “eleição” ainda são incipientes, mas já se apresentam uma parcela importante das publicações (chegando a quase um terço da amostra).

3. Como explica Gomes (2016), os estudos sobre democracia digital (especificamente nomeados como tal) começam a surgir de fato em meado da década de 1990 (coincidindo com a abertura da internet para o público em geral), havendo um crescimento gradativo nos anos 2000, sendo que, a partir de 2009, há um salto no volume de publicações (dobrando em relação aos anos anteriores).

Em relação às autorias desses trabalhos, tomando como base o autor principal, o estudo demonstrou que 64,4% das publicações foram vinculadas à liderança de pesquisadores do gênero masculino, contra 35,6% do gênero feminino. Isso demonstra ainda um desequilíbrio de gênero na área no tocante ao desenvolvimento e à publicação de estudos empíricos.

Quanto às áreas do conhecimento às quais os autores e as autoras estão vinculados, o gráfico 2 traz um panorama desta distribuição.

GRÁFICO 2
Distribuição dos artigos por área de vínculo dos(as) autores(as)
 (Em %)



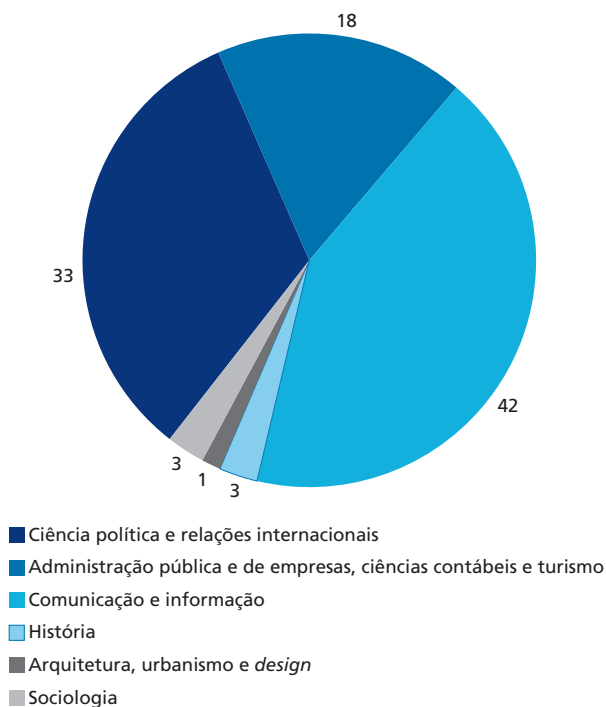
Elaboração do autor.
 Obs.: O corpus final foi composto por 73 artigos.

Nota-se que, quanto à vinculação institucional do primeiro autor, a área de comunicação aparece com quase metade (48%) dos estudos empíricos sobre democracia digital, seguida de ciência política (20%) e administração (15%). Os autores dessas três áreas juntas são responsáveis por cerca de 83% dos trabalhos empíricos publicados na amostra analisada. Estes dados são convergentes com outros estudos mencionados,

que também detectaram a comunicação como área mais ativa, seguida por ciência política e administração (Curtinovi e Parmeggiani, 2015; Freitas *et al.*, 2018).⁴

Se fizermos a análise por áreas de conhecimento (de acordo com a nomenclatura estipulada pela Capes), desta vez observando não o vínculo dos autores, mas, sim, o vínculo das revistas, essa tendência também se confirma: periódicos de “comunicação e informação” foram responsáveis por 42% das publicações; “ciência política e relações internacionais” vem em segundo lugar, com 33%; e a área de “administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo” aparece com 18% (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Distribuição dos artigos por área de vínculo dos periódicos
(Em %)¹



Elaboração do autor.

Nota: ¹ Classificação conforme nomenclaturas estipuladas pelo Qualis Capes vigente (quadriênio 2013-2016).

Obs.: O corpus final foi composto por 73 artigos.

4. Com algumas variações: no estudo de Curtinovi e Parmeggiani (2015) – que tem foco mais acadêmico-institucional, por ter sido baseado somente em teses, dissertações e trabalhos empíricos neste âmbito –, a administração aparece com força na terceira posição desses trabalhos acadêmicos. Já no estudo preliminar de Freitas *et al.* (2018), que avalia artigos teóricos e empíricos em periódicos, administração também aparece, porém em posição um pouco abaixo de direito (que toma a terceira posição). Nota-se que, no gráfico 2, direito não vem de forma expressiva (apenas 3%) no tocante a trabalhos empíricos. Esses dados podem nos sugerir a seguinte hipótese: o direito ainda está emergindo com pesquisas empíricas e institucionais (teses e dissertações), e, talvez, sua força esteja em pesquisas mais teórico-conceituais, voltadas para periódicos. Por sua vez, administração tem uma tradição institucional com dissertações e teses, e, ao mesmo tempo, tem demonstrado boa *performance* em trabalhos empíricos.

Quanto às instituições às quais os(as) autores(as) estão vinculados, os resultados apontam que seis universidades (todas elas públicas e federais) são responsáveis por quase metade dos trabalhos da amostra estudada, com especial destaque para UFBA (tabela 2).

TABELA 2
Principais instituições por volume de publicação vinculadas
(Em %)

Instituição	Publicações
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	16,4
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	9,6
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	8,2
Universidade Federal do Ceará (UFC)	6,9
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	4,1
Universidade Federal Fluminense (UFF)	4,1

Elaboração do autor.
Obs.: O *corpus* final foi composto por 73 artigos.

Outras instituições aparecem no segundo grupo, com 2,7% cada: FGV, UnB, USP, Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e Universidade Federal do ABC (UFABC).⁵

Comparada com outros estudos bibliométricos, a UFBA está presente como um importante polo de publicação neste campo (Curtinovi e Parmeggiani, 2015; Przeybilovicz *et al.*, 2015; Freitas *et al.*, 2018; Pinho *et al.*, 2019). Outras universidades aparecem em segundo plano, alternando posições com alguma frequência nas cinco primeiras colocações: UFPR, UnB, UFRGS, UFMG, USP e UFF. Essa liderança da UFBA se explica devido a dois fatores interligados: i) nesta universidade já havia uma movimentação de pesquisa nesta área no início dos anos 2000, sendo criado, neste período, um dos primeiros grupos de pesquisa especializado em democracia digital no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas e, ao mesmo tempo, a instituição também contava com pesquisadores em ciência da informação e administração que também já se produziam

5. As demais instituições aparecem com percentuais abaixo dos 2%.

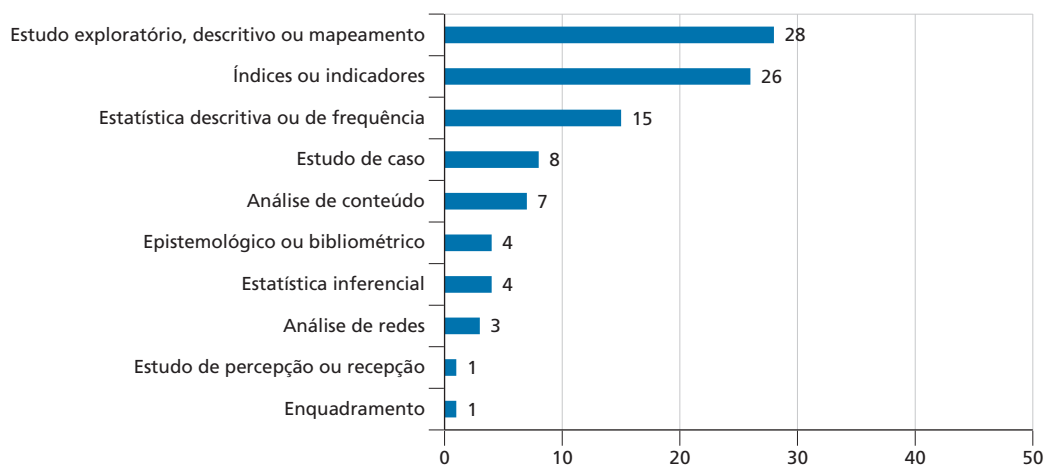
estudos neste campo; e ii) a criação do INCT-DD, que entrou em funcionamento em 2017, com sede na UFBA.⁶

Ao avançar mais especificamente no conteúdo dos artigos analisados, o estudo demonstrou que as abordagens metodológicas⁷ mais recorrentes foram: i) estudo exploratório, descritivo ou de mapeamento; ii) índices ou indicadores; e iii) estatísticas descritivas ou de frequência. O gráfico 4 traz uma síntese desta dimensão.

GRÁFICO 4

Ocorrência de abordagem metodológica dos dados mencionadas nos artigos

(Em %)¹



Elaboração do autor.

Nota: ¹ A soma dos percentuais ultrapassa 100%, pois o número total de artigos (73) deve ser observado isoladamente para cada um dos percentuais das abordagens metodológicas. Portanto, a categorização não é excludente e pode ser concomitante, ou seja, há artigos que trazem mais de uma abordagem metodológica simultaneamente.

Obs.: O *corpus* final foi composto por 73 artigos.

6. O INCT-DD faz parte do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, criado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com agências de fomento à pesquisa estaduais. Surgem por meio de edital, e existem em áreas consideradas estratégicas. Tem como objetivos a formação de redes de pesquisa; a consolidação de parcerias institucionais; o desenvolvimento de abordagem multidisciplinar em temas estratégicos para o país; e a formação e capacitação de recursos humanos altamente qualificados. O INCT-DD foi aprovado em outubro de 2016, no âmbito da Chamada CNPq, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Capes nº 2014/2015, a partir das ações do Centro de Estudos Avançados em Democracia Digital (CEADD), coordenado pelos professores Wilson Gomes e Othon Jambeiro. O INCT-DD iniciou atividades oficialmente em janeiro de 2017. Atualmente, congrega 26 laboratórios e grupos de pesquisa, com 51 professores-pesquisadores como signatários de vinte instituições brasileiras.

7. Consideraram-se "abordagem metodológica" os métodos ou instrumentos utilizados pelos artigos para analisar/interpretar os dados.

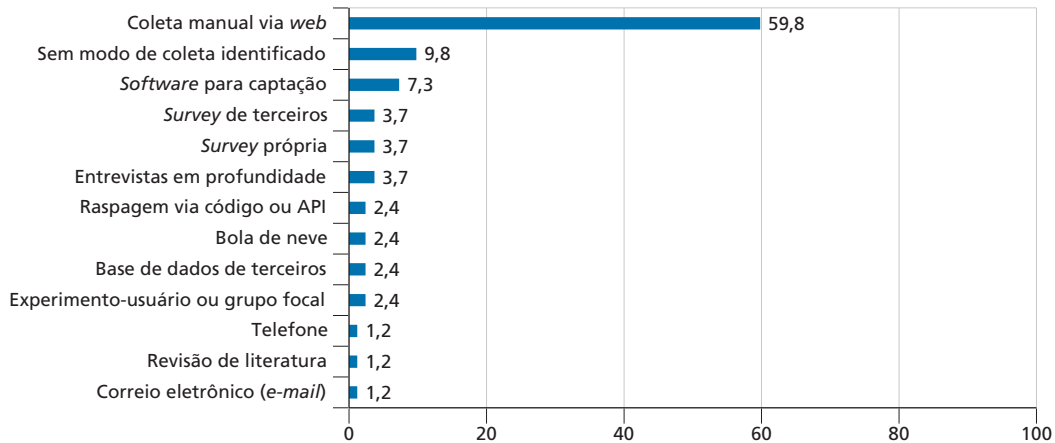
Sobre essa dimensão metodológica, três questões merecem destaque. Primeiramente, é bastante comum que as pesquisas empíricas sobre democracia digital sejam ou estudos descritivos/exploratórios, ou estudos que utilizam índices/indicadores baseados geralmente em estatística de frequência. Isso se explica devido à própria natureza dos objetos (que têm caráter inovador, logo solicitam abordagens exploratórias e descritivas iniciais e a elaboração de indicadores que deem mais concretude às análises) e à própria fase de consolidação da área, que, apesar de ser datada de duas décadas, em termos de escala temporal, na tradição científica, deve ser considerada uma área jovem. Segundo, as pesquisas bibliométricas ainda são incipientes, mas o fato de já aparecerem no gráfico 4 demonstra que a área tende a se reconhecer como campo que vem se consolidando, logo necessita de autoavaliação. Terceiro, embora seja uma área com forte interface tecnológica, cujos objetos demandam cada vez mais grandes volumes de dados (como mídias sociais, por exemplo), é importante observar que o uso de estatística inferencial ainda é incipiente neste campo, prevalecendo análises qualitativas ou quanti-qualitativas, como estatísticas de frequência ou análises descritivas. Os dados não nos permitem dar uma razão final para este paradoxo, mas a hipótese mais provável pode estar na própria característica das ciências humanas e sociais no Brasil (que dominam as publicações), marcadas por uma frágil tradição e formação em estatística, além do próprio objeto requerer um perfil de pesquisador que ultrapasse a barreira das humanidades e se aproxime da ciência de dados (um movimento que já se desenha, mas que ainda não tem se convertido efetivamente nas pesquisas empíricas).

Essas hipóteses também se refletem nos tipos de instrumentos utilizados na coleta dos dados. O gráfico 5 demonstra que a “coleta manual via web” é preponderante neste campo de forma expressiva, sendo cerca de oito vezes maior que a ocorrência de artigos que trabalharam com algum *software* de captação ou algoritmo. *Surveys* ou entrevistas em profundidade aparecem, porém com percentuais ainda pequenos quando comparado ao todo da amostra, e isso pode ser explicado, a título de hipótese, devido ao custo que esse tipo de pesquisa pressupõe (ou seja, exige a disponibilidade de financiamentos para contratação de recursos humanos capazes de realizar coleta de amostras representativas e probabilísticas).

GRÁFICO 5

Ocorrências de instrumentos de coleta de dados utilizados nos artigos

(Em %)¹



Elaboração do autor.

Nota: ¹ A soma dos percentuais ultrapassa 100%, pois o número total de artigos (73) deve ser observado isoladamente para cada um dos percentuais das abordagens metodológicas. Portanto, a categorização não é excludente e pode ser concomitante, ou seja, há artigos que trazem mais de uma abordagem metodológica simultaneamente.

Obs.: O *corpus* final foi composto por 73 artigos.

Na prática, é possível que o percentual de coletas manuais seja maior, pois a categoria “sem modo de coleta identificado” (quando não há clareza no texto sobre como os dados foram captados) tem grande probabilidade de se tratar, na verdade, de coleta manual. Isso porque, nos casos de coleta digitalizada, o(a) pesquisador(a) tende a expor e destacar o uso de instrumentos mais automatizados de coleta (como *softwares* ou algoritmos), a fim de valorizar a *expertise* técnica. Por outro lado, não é desprezível que “*softwares* de captação” e “*scripts* e API (algoritmos)”, somados, cheguem a 10% dos instrumentos de coleta utilizados, ficando à frente de “*surveys*” e “entrevistas”, sendo estes últimos instrumentos tradicionais em ciências humanas aplicadas. Percebe-se que, por meio dos dados analisados, há uma tendência de digitalização a ser observada em pesquisas longitudinais futuras.

No tocante às temáticas mais trabalhadas nos artigos, o gráfico 6 demonstra que “participação ou engajamento político” é responsável por um terço (quase 34%) da amostra. “Deliberação/conversação *online*” (18%), “campanhas eleitorais” (16,9%) e “parlamento digital” (9,6%) aparecem, em seguida, como temas mais abordados.

GRÁFICO 6
Temáticas tratadas nos artigos
 (Em %)¹



Elabora o do autor.

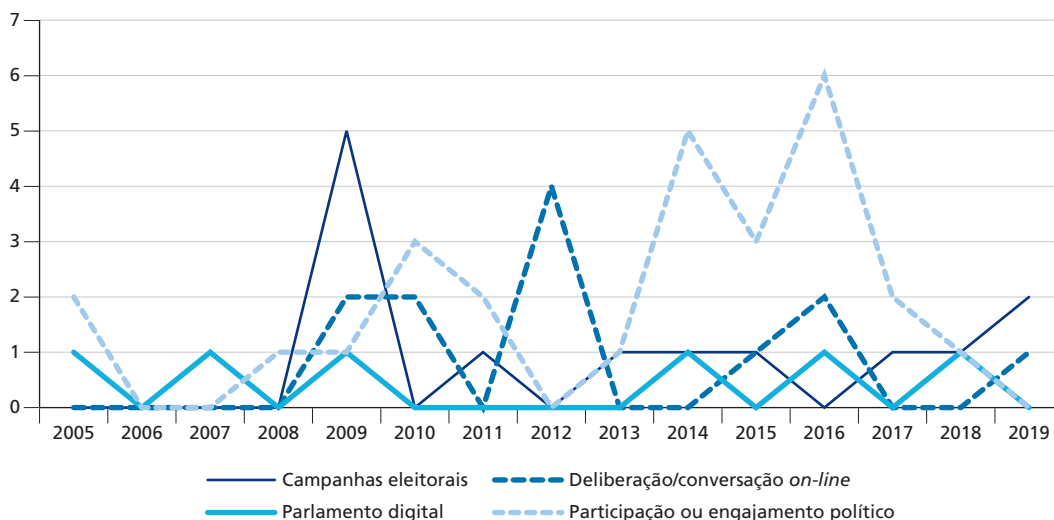
Nota: ¹ A soma dos percentuais ultrapassa 100%, pois o número total de artigos (73) deve ser observado isoladamente para cada um dos percentuais das abordagens metodológicas. Portanto, a categoriza o não   excludente e pode ser concomitante, ou seja, há artigos trazem mais de uma abordagem metodológica simultaneamente.

Obs.: O corpus final foi composto por 73 artigos.

Esses dados também corroboram as análises internacionais sobre a pesquisa em democracia digital, apontando temas como participa o, delibera o e campanhas *on-line* como aqueles mais recorrentes (Gomes, 2016), demonstrando que o Brasil acompanha uma tendência mundial. De modo mais específico, ao pegarmos as quatro temáticas com maior ocorrência e traçarmos em uma linha do tempo (gráfico 7), também podemos visualizar que o tema “participa o ou engajamento político” tem um volume expressivo de artigos empíricos publicados entre 2013 e 2017. Também podemos notar que o pico das publica es sobre elei es ocorre em 2009 e o pico de “delibera o e conversa es *online*”, em 2012. Por outro lado, os artigos sobre parlamento digital demonstraram uma dinâmica de publica o sem grandes oscila es, com a média de um artigo por ano nas revistas estudadas.⁸

8. Importante observar que alguns temas aparecem com “zero” publica o em determinados anos. Porém, isso não significa a inexistência de publica es nos per dicos brasileiros sobre esses temas nesses períodos, pois os dados são uma amostragem, e não o universo dos artigos. O gráfico serve para que vislumbremos uma possível tendência de oscila o ou ápice, não necessariamente a linha do tempo real do universo de todos os artigos publicados.

GRÁFICO 7
Temáticas tratadas nos artigos (2005-2019)



Elaboração do autor.

Obs.: O corpus final foi composto por 73 artigos.

Os objetos aos quais as temáticas mais frequentes estão relacionadas também podem nos ajudar a compreender as características e os focos desses estudos: quase 60% dos artigos sobre “participação ou engajamento político” têm como objeto “plataformas ou sites governamentais”, e quase um terço dos artigos com esta temática tratam do Poder Executivo. Paralelamente, em segundo lugar, cerca de 30% dos artigos com essa temática (participação e engajamento) também exploram o objeto “grupo, coletivo ou organização de indivíduos”, ou seja, iniciativas civis (não necessariamente governamentais ou institucionalizadas). Apesar deste último percentual, no geral, os dados demonstram que o tom da pesquisa sobre participação é bastante institucionalizado e que grande parte dos artigos sobre participação/engajamento estuda a forma como instituições desenham plataformas ou sites voltados para participação. Por sua vez, no caso da segunda temática mais frequente, “deliberação/conversação online”, há um quadro bem distinto: cerca de 75% dos objetos desta temática não se concentram na análise de sites ou plataformas governamentais. Tratam, sobretudo, de debates públicos por meio de iniciativas civis ou mídias sociais. Hipoteticamente, acredita-se que isso ocorre no Brasil porque há poucos espaços (na estrutura estatal) com reais dinâmicas interativas e deliberativas *on-line* oferecidas pelos entes governamentais – sendo mais comum o orçamento participativo, principalmente no nível municipal, ou iniciativas específicas de consultas públicas que

preveem espaços *on-line* para discussão.⁹ No tocante ao terceiro tema mais abordado nos artigos – “campanhas eleitorais *online*” –, fica evidente a predominância das mídias sociais como objeto mais comum desse enfoque, estando presente em mais de 60% dos estudos sobre eleições e internet (outros objetos, como “plataforma ou *site* civil”, “*websites* de partidos políticos”, “financiamento *online* de campanha” etc., aparecem de modo secundário e mais fragmentado).

Ainda sobre as temáticas mais frequentes, que dão o tom deste campo de estudo, também podemos observar duas análises lexicais, conforme demonstram, respectivamente, as figuras 1 e 2. A primeira (figura 1) trata dos títulos dos artigos, abordando a frequência das principais palavras e as suas vinculações mediante análise lexical, com elementos da teoria dos grafos (Rabuske, 1992; Boaventura Netto e Jurkiewicz, 2017).¹⁰ Este tipo de análise é denominada “análise de similitude”¹¹, representada na forma de “árvore de palavras” (figura 1), e executada com o *software* Interface de R para Análises Multidimensionais de Textos e Questionários (em francês, Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires – Iramuteq).¹²

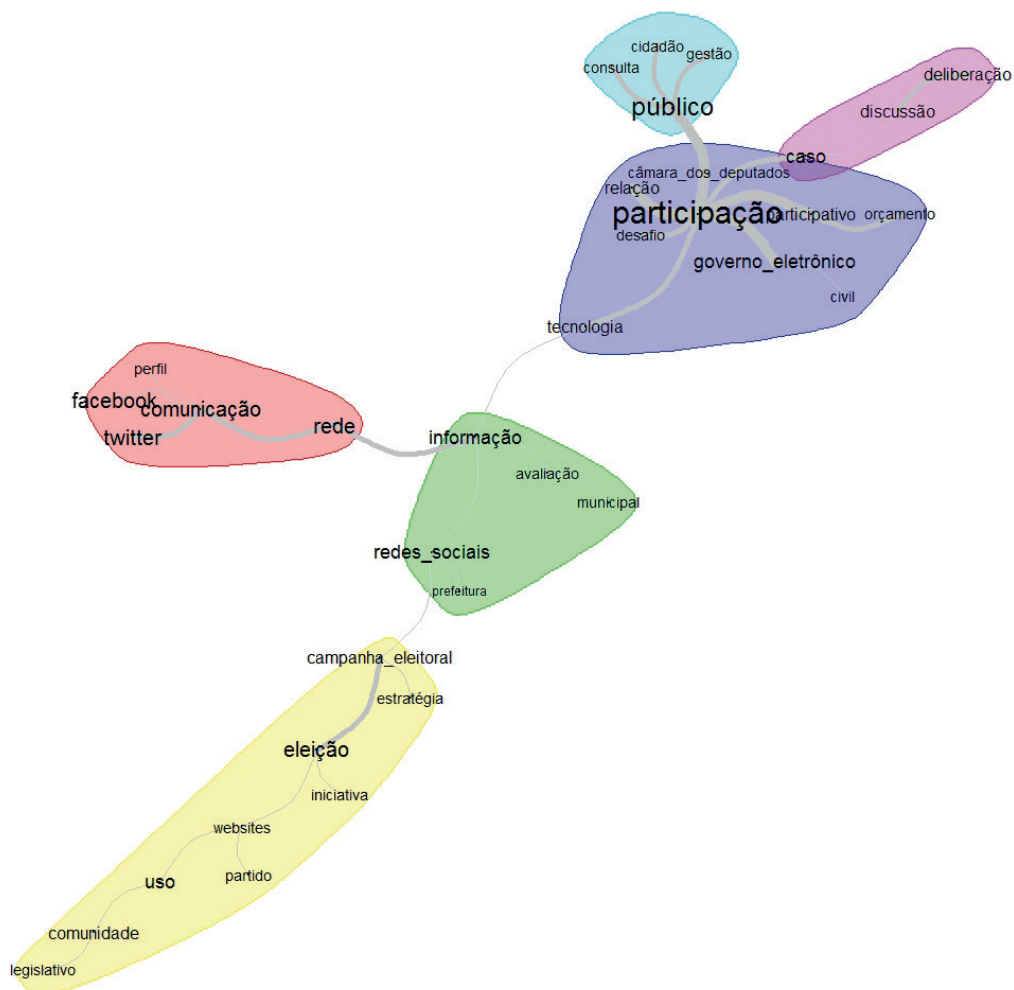
9. Apesar de serem hoje bastante comuns, nem toda iniciativa de consulta pública *on-line* prevê ambientes de deliberação *on-line*. Em geral, as consultas *on-line* estão mais próximas de processos de participação do que de ações deliberativas com o público, pois a maioria é formatada como uma forma de abertura do ente governamental para receber opiniões e posicionamentos sobre determinada política pública (muitas vezes, de modo formal, por escrito). Consultas públicas com espaços de discussão pública *on-line* são mais raras, a exemplo do processo que culminou com a aprovação do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 2014) e da consulta que culminou com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 2018).

10. Como explicam Boaventura Netto e Jurkiewicz (2017), a primeira abordagem que se tornou o ponto inicial do desenvolvimento da teoria dos grafos ocorreu em 1736, com o chamado problema de Königsberg. O problema consistia em encontrar um percurso para que um andarilho pudesse circular a cidade de Königsberg, passando por todas as suas pontes uma única vez (as pontes ligavam partes da cidade cortada pelo rio Pregel). A questão foi resolvida pelo matemático J. Euler por meio de um esquema de linhas e pontos para verificar tal possibilidade. Mas não houve um aprofundamento em termos teóricos. Somente cem anos depois a lógica dos grafos foi retomada para descrever circuitos elétricos, por Kirchhoff, em 1847. A partir daí, diversas áreas (engenharia elétrica, química, sociologia etc.) passaram a utilizar os grafos para compreender o funcionamento de determinados processos. Em linhas gerais, e de modo bem sintético, podemos dizer que um grafo é um conjunto de vértices e arestas que demonstram a conexão (ou o relacionamento entre partes) mediante uma visualização gráfica. De modo mais didático, podemos pensar nos vértices como “pontos”. As arestas são os caminhos que ligam esses pontos. Atualmente, a teoria dos grafos tem se expandido para as ciências da computação, sendo utilizada para se pensar em soluções e análises que trabalham com as relações entre objetos. No caso da análise lexical do Iramuteq, trabalha-se com a relação entre as palavras (que seriam os vértices); e, quando uma palavra “A” aparece no mesmo segmento de texto da palavra “B”, isso é representado como uma ligação, ou seja, uma aresta. Assim, na análise de similitude, quanto mais uma palavra aparece conectada a outra, mais isso é representado por linhas (conectando-as) mais espessas, possibilitando, assim, o desenho similar a galhos de uma árvore. Desse modo, a figura de uma árvore de palavras trabalha com a frequência com que as palavras aparecem e com quão frequentes também elas travam relações (isto é, o quanto aparecem próximas no mesmo segmento de texto).

11. A análise de similitude é técnica, baseada na teoria dos grafos, e, neste caso, aplicada por meio do *software* Iramuteq. A análise de similitude aposta na relação entre objetos, traçando uma linha a cada conexão entre eles. Os grafos representam conexão entre palavras e ajudam a visualizar a estrutura na qual as palavras são mencionadas, bem como suas ligações semânticas.

12. O Iramuteq é um *software* de análise textual de base quantitativa. Utiliza estatística de frequência, além de outras baseadas em correlação. O Iramuteq, criado em 2009 por Pierre Ratinaud, é um *software* livre, baseado em duas linguagens de programação: R e Python – principalmente R – (Salviati, 2017; Camargo e Justo, 2018).

FIGURA 1
Análise de similitude sobre os títulos dos artigos



Elaboração do autor.
Obs.: Elaboração com o software Iramuteq.

Do resultado dessa análise (figura 1), podemos identificar os termos mais relevantes¹³ quanto a ênfases léxico-semânticas que aparecem nos artigos empíricos sobre democracia digital no Brasil, formando *clusters* em termos lexicais:

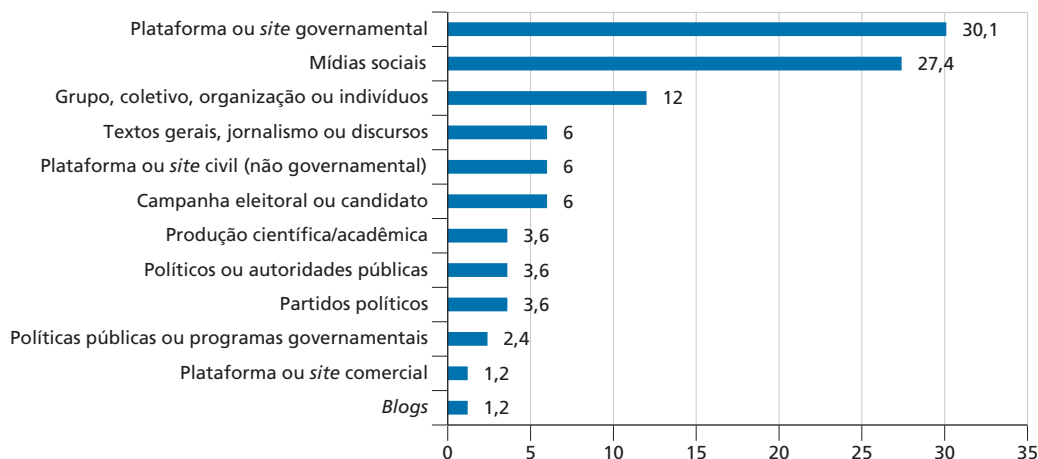
13. Tais considerações se baseiam na observação dos *clusters* (palavras próximas e mais frequentes, que formam “ilhas” na árvore de palavras) e grafos (ligamentos entre os *clusters*, que seriam os “galhos” que conectam as “ilhas”).

- primeiramente, há de se notar o destaque do *cluster* “participação”, que é um dos mais importantes e demonstra o quanto este tema é frequente nos artigos, bem como possui fortes ligações com outros *clusters* (ver espessura dos grafos entre os *clusters*);
- uma segunda ilha lexical que também merece destaque na figura 1 é o *cluster* “comunicação”, que reflete a importância da comunicação como área de conhecimento bastante ativa neste campo, e o vínculo disso com a análise de redes sociais (Facebook, Twitter etc.);
- um terceiro *cluster* em destaque gira em torno da palavra “eleição”, que demonstra a presença de estudos sobre campanhas eleitorais (partidos e público também formam nós relevantes). O termo “informação” também demonstra forte relação de grafos com o *cluster* “comunicação”;
- o *cluster* “público” aparece como um conjunto semântico sempre muito vinculado a experimentos e experiências de “gestão pública”, “consultas públicas”, “público e cidadão”, com forte vínculo com o *cluster* “participação”, o que demonstra o caráter público das temáticas participativas; e
- por fim, o *cluster* “deliberação” também aparece em destaque, se referindo principalmente à presença dos estudos sobre deliberação *on-line*, esfera pública digital e também democracia deliberativa e internet, que consta com fortes ligações (grafos) com o *cluster* “participação”.

Uma segunda análise lexical realizada é a “nuvem de palavra”,¹⁴ aplicada ao conteúdo do campo “palavra-chave” dos artigos (figura 2).

14. A nuvem de palavra é uma forma de visualização de dados que realiza uma aglomeração de palavras destacadas de acordo com a sua ocorrência em termos quantitativos. Ou seja, trabalha com a noção básica de frequência: quanto mais a palavra aparece (quanto mais ela é frequente) mais ela é destacada no texto (em termos de tamanho). O tamanho das palavras diz respeito ao volume da sua frequência. As palavras mais importantes também são posicionadas no centro da nuvem. A técnica, executada através do *software* Iramuteq, possibilita a identificação das palavras-chave em um *corpus* textual e nos possibilita fazer interpretações qualitativas.

GRÁFICO 8
Objetos de estudo dos artigos
(Em%)¹



Elaboração do autor.

Nota: ¹ A soma dos percentuais ultrapassa 100%, pois o número total de artigos (73) deve ser observado isoladamente para cada um dos percentuais das abordagens metodológicas. Portanto, a categorização não é excludente e pode ser concomitante, ou seja, há artigos que trazem mais de uma abordagem metodológica simultaneamente.

Obs.: O corpus final foi composto por 73 artigos.

Cerca de 16,4% dos artigos declararam utilizar algum tipo de *software* (seja para captação, seja para análise) ou linguagem de programação. Os mais mencionados foram: Selenium, SPSS, UCINET, NetDraw, Excel, SPSS, Nvivo, Netvizz, HTTrack Website Copier, Netlytic, Iramuteq, R(studio), Atlas T.I. e Python. Cerca de 58,3% dos *softwares* citados são gratuitos ou *open source*; 25%, *softwares* proprietários; e 16,7% dos *softwares* são dúbios quanto a esta característica.

As abordagens temáticas que mais utilizaram *software/scripts* foram estudos que tratavam de “campanhas eleitorais”; “epistemologia ou bibliométrico”; e “parlamento digital”. Estes, somados, representam cerca de 67% dos estudos que utilizaram algum tipo de *software/script*. O objeto que mais utilizou *softwares/scripts* foi “mídias sociais”, presente em quase 60% dos artigos que lançaram mão de algum *software/script*. Em segundo lugar, aparecem objetos do tipo “produção científica/acadêmica”, com cerca de 17% dos artigos que utilizaram *software/script*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo produzir um levantamento do atual estágio da pesquisa sobre democracia digital, com foco nos estudos de caráter prático e empírico, especificamente em periódicos científicos brasileiros que possuem três importantes indexadores.

Em linhas gerais, os resultados demonstraram que os 73 artigos analisados na amostra estavam distribuídos em 28 revistas científicas de diversas áreas do conhecimento. Isso demonstra e confirma a multidisciplinaridade deste campo, que perpassa periódicos de diferentes escopos de estudo. Ao mesmo tempo, os dados também corroboram outros estudos bibliométricos que apontam para o protagonismo de áreas como comunicação, ciência política e administração, as quais figuram como grandes produtoras de conhecimento neste campo. Embora ainda oscilante, os dados também demonstraram que a pesquisa empírica está em linha ascendente. Observou-se nos dados que, no período entre 2009 e 2011, houve um aumento significativo do volume de estudos empíricos neste campo. A partir de 2011, percebe-se que há uma tendência de crescimento, apesar de uma pequena queda em 2017 e 2018, mas já apontando retomada ascendente em 2019.

Também ficou evidente que o campo é marcado por um volume expressivo de estudos exploratórios ou descritivos, com ocorrências significativas do uso de indicadores ou estatísticas descritivas de frequência como abordagens metodológicas proporcionalmente mais recorrentes. Plataformas ou *sites* governamentais e mídias sociais têm sido os objetos mais recorrentes nos estudos empíricos sobre democracia digital.

Embora os objetos de estudo desta área sejam especificamente digitais, a coleta de dados ainda é manual e faz um baixo uso de *softwares*, algoritmos ou outros instrumentos de coleta de dados, sendo as análises sobre mídias sociais as que mais utilizam *softwares/scripts*. Ainda que o percentual seja relativamente baixo (cerca de 16% dos artigos utilizam *softwares/script*), este tipo de instrumento tende a aumentar – haja vista o crescimento do volume de dados digitais a serem analisados neste campo e o próprio movimento de formação de pesquisadores em instrumentos digitais de coleta e análise deste ascendente volume de informações.

Os dados trazem um panorama do atual estágio da pesquisa empírica deste campo, que é relativamente novo. Outros estudos futuros podem ser interessantes para se avaliar longitudinalmente como isso irá evoluir e quais caminhos empíricos-metodológicos o campo da democracia digital tende a seguir em termos de métodos, instrumentos e análises. Sobretudo, é preciso compreender que a própria noção de democracia está inevitavelmente conectada à dinâmica das mudanças oriundas dos processos e fenômenos digitais. Portanto, o desenvolvimento de pesquisas sobre democracia digital nada mais é que o próprio reflexo da evolução do debate histórico sobre teorias e práticas democráticas, desta vez no contexto e na realidade do século XXI.

Por fim, de modo mais especulativo, também podemos vislumbrar que há uma tendência, cada vez maior, das pesquisas da área de aproximação no rol de métodos vinculados à ciência de dados e ao uso de algoritmos para coleta e processamento de informações. Isso se dá pela congruência da própria natureza dos objetos digitais e pelo grande volume de informação que as práticas e as instituições democráticas tendem a produzir. Para que haja eficácia nas pesquisas, se faz necessária uma adequação de perfil do pesquisador, para que este esteja preparado para suportar esta dimensão cada vez mais complexa, o que implica também mudanças nos processos de formação.

REFERÊNCIAS

- BOAVENTURA NETTO, P. O.; JURKIEWICZ, S. **Grafos**: introdução e prática. São Paulo: Blucher, 2017.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software Iramuteq**. Florianópolis: LACCOS, 2018.
- CURTINOVI, J.; PARMEGGIANI, B. Investigações sobre democracia digital no Brasil: um mapeamento da produção acadêmica até 2013. **Revista Comunicando**, v. 4, p. 99-116, 2015.
- FREITAS, C. *et al.* Análise da rede de produção de conhecimento sobre a iniciativa *e-Democracia*. *In*: CONGRESSO DO INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM DEMOCRACIA DIGITAL, 1., 2018, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: INCD.DD, 2018.
- GOMES, W. Participação política *online*: questões e hipóteses de trabalho. *In*: MAIA, R. C. M. *et al.* (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-45.

_____. 20 anos de política, estado e democracia digitais: uma cartografia do campo. *In*: SILVA, S.; BRAGATTO, R.; SAMPAIO, R. (Orgs.). **Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2016. p. 39-76.

PINHO, J. A. G. *et al.* Democracia digital na área de administração: um levantamento da construção do campo no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 24, n. 78, p. 1-31, 2019.

PRZEYBILOVICZ, E. *et al.* O desenvolvimento dos estudos sobre governo eletrônico no Brasil: um estudo bibliométrico e sociométrico. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 14, n. 3, 2015.

RABUSKE, M. **Introdução à teoria dos grafos**. Florianópolis: UFSC, 1992.

SILVA, S. P.; SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C. Concepções, debates e desafios da democracia digital. *In*: SILVA, S. P. *et al.* (Orgs.). **Democracia digital, comunicação política e redes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2016. p. 17-38.

SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 4, p. 285-320, 2016.

SANTOS, J. G. B.; ALDÉ, A.; SCHWAMBACH, A. C. F. Panorama das teses e dissertações brasileiras envolvendo internet e política de 1995 a 2014. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2016.

SALVIATI, M. E. **Manual do aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2017.

VIANNA JUNIOR, A. J. O. *et al.* Democracia digital e participação cidadã artigos democracia digital: uma análise bibliométrica. **Org & Demo**, v. 19, n. 2, p. 49-62, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEDAGLIA, R. eParticipation research: moving characterization forward (2006-2011). **Government Information Quarterly**, v. 29, p. 346-360, 2012.

APÊNDICE A

QUADRO A.1
Artigos analisados

Numeração	Título do artigo
1	Participação política <i>online</i> e <i>offline</i> nas eleições presidenciais de 2014 em Salvador.
2	E-orçamentos participativos como iniciativas de e-solicitação: uma prospecção dos principais casos e reflexões sobre a e-participação.
3	A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014.
4	Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas.
5	Os desafios ao desenvolvimento de um ambiente para participação política digital: o caso de uma comunidade virtual legislativa do projeto e-Democracia no Brasil.
6	<i>Ranking</i> das prefeituras da região Sul do Brasil: uma avaliação a partir de critérios estabelecidos na Lei de Acesso à Informação.
7	Sentidos e significados da participação democrática através da internet: uma análise da experiência do orçamento participativo digital.
8	Democracia, sociedade civil organizada e internet: estratégias de articulação <i>online</i> da Rede Nossa São Paulo.
9	<i>Ranking</i> dos tribunais de contas brasileiros: uma avaliação a partir dos padrões <i>web</i> em governo eletrônico.
10	Quão deliberativas são discussões na rede? Um modelo de apreensão da deliberação <i>online</i> .
11	Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do orçamento participativo digital de Belo Horizonte.
12	Enquadramentos de transgênicos nos jornais paulistas: informação como potencial subsídio à participação política.
13	"Muro baixo, o povo pula": iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais.
14	Internauta brasileiro: perfil diferenciado, opiniões indiferenciadas.
15	Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia.
16	O uso de meios eletrônicos no relacionamento do parlamentar com o cidadão nos municípios brasileiros.
17	Graus de participação democrática no uso da internet pelos governos das capitais brasileiras.
18	Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública.
19	Jornalismo <i>online</i> e eleições em 2014: uma análise a partir da iniciativa Candibook, do jornal paranaense Gazeta do Povo.
20	Racionalidade <i>online</i> : provimento de razões em discussões virtuais.
21	Como avaliar a deliberação <i>online</i> ? Um mapeamento de critérios relevantes.
22	Mobilização política e videografias no YouTube: uma análise dos casos "Fora Renan" e "Fora Feliciano".
23	#VoteLGBT e o ciberativismo em prol da representação política no Brasil.
24	Sobre a comunicação político-partidária na internet: um estudo dos informativos digitais do PT e do PSDB.
25	Democracia digital: consultas públicas interativas.
26	Democracia digital e práticas colaborativas: a Wikipédia como espaço de discussão política.
27	Comunicação, tecnologia e interatividade: as consultas públicas no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.
28	Internet, eleições e democracia: o uso das redes sociais digitais por Marcelo Freixo na campanha de 2012 para a prefeitura do Rio de Janeiro.
29	A propaganda política no Facebook: o uso das <i>fanpages</i> pelos principais candidatos à prefeitura de Belo Horizonte.
30	Um estudo sobre a relação entre a democracia digital e a participação política a partir do debate sobre o Programa Mais Médicos no Facebook.
31	Agentes políticos e a disseminação da informação: uma análise das postagens na <i>fanpage</i> do deputado JHC.
32	Os desafios das consultas públicas <i>online</i> : lições do Marco Civil da Internet.
33	Democracia e a ecologia complexa das redes sociais <i>online</i> : um estudo sobre discussões acerca do racismo e da homofobia.
34	Entre a inclusão e a democracia digital: a atuação do Estado e do terceiro setor em comunidades pobres da região metropolitana do Recife.

(Continua)

(Continuação)

Numeração	Título do artigo
35	O papel do cidadão nas ferramentas de democracia digital no Brasil: uma análise do desenho interativo das Comunidades Legislativas do Portal e-Democracia.
36	A primeira fase da consulta pública da regulamentação do Marco Civil da Internet: estrutura comunicativa, limites e contribuições.
37	Política e juventude: participação política dos jovens do Sul do Brasil.
38	Deliberação <i>online</i> e opinião pública no caso do movimento Gota D'água contra a usina de Belo Monte.
39	Narrativas políticas em disputa no Twitter: a (des)construção da imagem pública de Lula no contexto da crise política brasileira de 2016.
40	Como os partidos políticos brasileiros usam a internet para atrair o eleitorado jovem.
41	A internet e as eleições municipais em 2008 o uso dos sítios eletrônicos de comunidades na eleição paulistana.
42	Os partidos políticos brasileiros e a internet uma avaliação dos <i>websites</i> dos partidos políticos do Brasil.
43	Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da Websphere Analysis.
44	"Politics 2.0" a campanha <i>online</i> de Barack Obama em 2008.
45	Ciberpolítica en los websites de partidos Políticos: la experiencia de las elecciones de 2008 en España ante las tendencias transnacionales.
46	Parliamentary functions portrayed on European parliaments' websites.
47	Metodologia de pesquisa de blogs de política análise das eleições presidenciais de 2006 e do movimento "cansei".
48	Deliberação <i>online</i> em consultas públicas? O caso da assembleia legislativa de Minas Gerais.
49	Lutas por reconhecimento dos surdos na internet: efeitos políticos do testemunho.
50	Participação, instituições políticas e internet: um exame dos canais participativos nos portais da Câmara e da Presidência do Brasil.
51	Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros.
52	Discussão política no Facebook: estudo de caso da campanha pequenas corrupções – diga não!
53	Campanha eleitoral nas redes sociais: estratégias empregadas pelos candidatos à Presidência em 2014 no Facebook.
54	Participação eletrônica e suas relações com governo eletrônico, efetividade governamental e <i>accountability</i> .
55	Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas <i>online</i> para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil.
56	Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados.
57	Podem as novas tecnologias de informação e comunicação auxiliar na consolidação das democracias? Um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul.
58	Governança digital como vetor para uma nova geração de tecnologias de participação social no Brasil.
59	<i>Black Bloc</i> em ação: reforço de identidade e outras dinâmicas de ativismo no Facebook.
60	Deliberação no jornalismo <i>online</i> : um estudo dos comentários do Folha.com.
61	Estratégias de comunicação política <i>online</i> : uma análise do perfil de José Serra no Twitter.
62	Cidadãos na rede: tipos de internautas e sua relação com a informação política <i>online</i> .
63	O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no WhatsApp pró-Bolsonaro.
64	Midiativismo em rede: Twitter e as críticas aos meios de comunicação tradicionais em um sistema híbrido de comunicação.
65	Datificação e redes na comunicação política: mapeamento de redes e fluxos no Facebook.
66	Democracia digital e redes sociais: Twitter como filtro de informação política.
67	Fazendo política no Twitter: como os efeitos estimados das mensagens influenciam as ações e os usos da plataforma.
68	Democracia digital na área de administração: um levantamento da construção do campo no Brasil.
69	Limites e possibilidades da interação sociopolítica entre sociedade e Câmara dos Deputados pelo portal eletrônico e-Democracia.
70	Participação virtual na gestão pública no âmbito municipal: uma análise dos portais eletrônicos das capitais brasileiras.
71	Participação <i>online</i> e <i>offline</i> no Brasil: relações e condicionantes.
72	O e-cidadania e a legalização da maconha no Senado Federal.
73	Deliberação <i>on-line</i> em contextos de disputa eleitoral: um estudo sobre as edições da Wikipédia durante as eleições de 2012 em São Paulo.

Elaboração do autor.

APÊNDICE B

QUADRO B.1
Quadro descritivo de variáveis aplicadas

Codificação da variável	Tipo de variável	Especificação (Que informação pretende coletar)
Título	<i>String</i>	Título formal do artigo, além de um identificador do caso, também serve como registro que possibilita fazer avaliações lexicais das palavras utilizadas para sintetizar o trabalho.
<i>Link</i>	<i>String</i>	Endereço eletrônico do artigo, serve como principal elemento identificador do caso e também é útil para resgatar/acessar o trabalho analisado durante a análise.
Periódico	<i>String</i>	Nome da revista na qual o artigo foi originalmente publicado, possibilita mapear quais periódicos detêm maior ocorrência de trabalhos.
Mês/ano	Data	Data de publicação do artigo, possibilita traçar a evolução cronológica das publicações em uma linha do tempo, verificando "picos" ou "baixas" neste volume.
Dossiê	<i>Dummy</i>	Verifica se o artigo faz parte de algum dossiê especial, sendo útil para identificar se os estudos estão concentrados em edições oriundas de chamadas temáticas específicas.
Autor	<i>String</i>	Nome do(a) autor(a), identifica as autorias e as coautorias dos artigos.
Gênero/autor	Nominal	Gênero presumido do(a) autor(a), possibilita avaliar se há um equilíbrio de gênero nas autorias dos trabalhos publicados.
Universidade/autor	<i>String</i>	Nome da instituição do(a) autor(a), possibilita mapear em quais instituições estão concentrados os maiores volumes de pesquisas publicadas.
Área/autor	Nominal	Nome da área, conforme lista de opções resumida, baseada nas especificações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), possibilita avaliar um grau mais específico de identificação de vínculo do perfil das autorias e coautorias com as grandes áreas do conhecimento.
Resumo	<i>String</i>	Texto com o resumo do artigo, conforme publicado na revista. Objetiva ter uma síntese temática textual do trabalho e também viabiliza a realização de análises lexicais observando termos e palavras mais citados e suas correlações estatísticas.
Palavra-chave	<i>String</i>	Lista das palavras-chave, conforme publicado na revista. Visa obter uma segunda camada de síntese temática do trabalho e também viabiliza a realização de análises lexicais observando as palavras-chave mais citadas e suas correlações estatísticas.
Aporte-metodológico	Nominal	Identifica, a partir de uma lista de categorias pré-definidas, o tipo de abordagem metodológica (métodos e instrumentos) utilizada para a coleta de dados, conforme relatado pelo artigo. Visa qualificar os tipos de instrumentos e métodos mais mencionados e relacionar isso com outras variáveis para identificar eventuais padrões.
Inst./coleta	Nominal	Identifica, a partir de uma lista de categorias pré-definidas, o tipo de instrumento ou ferramenta utilizada especificamente para coletar dados. Objetiva qualificar os meios de coleta de dados mais adotados e relacionar isso com outras variáveis para identificar eventuais padrões.
Ferramenta/análise	<i>String</i>	Identifica possíveis ferramentas utilizadas para analisar e tabular os dados. Objetiva mapear que tipo de ferramentas são mais mencionadas para análise de dados e possibilita relacionar isso com outras variáveis para identificar eventuais padrões.
Temática	Nominal	Identifica, a partir de uma lista de categorias pré-definidas, o tipo de temática na qual o trabalho se concentra. Visa qualificar as subáreas de pesquisa e as de dados mais adotadas e relacionar isso com outras variáveis para identificar eventuais padrões de assuntos mais estudados.
Objeto	Nominal	Identifica, a partir de uma lista de categorias pré-definidas, o tipo de objeto estudado no qual o trabalho se detém. Objetiva identificar os fenômenos sobre os quais a pesquisa está se concentrando, possibilitando relacionar isso com outras variáveis para identificar eventuais padrões.
Uso/software	<i>Dummy</i>	Identifica se o trabalho utiliza alguma ferramenta, sistema ou <i>software</i> no processo da pesquisa (seja na coleta, seja na análise). Tem o objetivo de compreender se há uma tendência de automatização da pesquisa na área.

(Continua)

(Continuação)

Codificação da variável	Tipo de variável	Especificação (Que informação pretende coletar)
Nome/software	String	Nos casos de resposta positiva para a variável "uso software", busca identificar nominalmente o software citado. Tem o objetivo de mapear quais ferramentas têm sido mais utilizadas nas pesquisas da área.
Open/software	Dummy	Identifica mais especificamente se o trabalho utiliza alguma ferramenta, sistema ou software de caráter não proprietário. Tem o objetivo de compreender se há uma tendência ou predominância de uso de ferramentas proprietárias ou de ferramentas de licença livre nas pesquisas da área.
Uso/script	Dummy	Identifica se a pesquisa utilizou alguma forma de script ou linguagem de programação. Diferentemente da variável "uso software", o objetivo aqui é qualificar se há uma expertise ou habilidade mais específica para lidar com scripts, que significa um grau mais aprofundado em direção a um perfil que se aproxima da ciência de dados.
Nome/script	String	Nos casos de resposta positiva para a variável "uso script", busca-se identificar nominalmente a linguagem de programação utilizada. Tem o objetivo de mapear quais linguagens de programação têm sido mais utilizadas nas pesquisas da área.
Observações e notas	String	Trata-se de notas e observações de características, ressalvas ou peculiaridades dignas de notação que podem ser úteis para a fase de análise qualitativa dos dados.

Elaboração do autor.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Reginaldo da Silva Domingos

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Hellen Pereira de Oliveira Fonseca (estagiária)

Ingrid Verena Sampaio Cerqueira Sodré (estagiária)

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



ISSN 1415-4765

